



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário
Área Judiciária

Nome do Candidato

Caderno de Prova '01', Tipo 004

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Estudo de Caso

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 50 questões, numeradas de 1 a 50.
 - contém as propostas e o espaço para o rascunho dos Estudos de Caso.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E) .
- Ler o que se pede na Prova de Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente, de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova de Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever a Prova de Estudo de Caso, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Estudo de Caso (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 8, considere o texto abaixo.

Vaidade do humanismo

A vaidade, desde sua etimologia latina **vanitas**, aponta para o vazio, para o sentimento que habita o vão. Mas é possível tratar dela com mais condescendência do que os moralistas rigorosos que costumam condená-la inapelavelmente. Pode-se compreendê-la como uma contingência humana que talvez seja preciso antes reconhecer com naturalidade do que descartar como um vício abominável. Como se sabe, a vaidade está em todos nós em graus e com naturezas diferentes, e há uma vaidade que devemos aceitar: aquela que corresponde não a um mérito abstrato da pessoa, a um dom da natureza que nos tornasse filhos prediletos do céu, mas a algum trabalho que efetivamente tenhamos realizado, a uma razão objetiva que enraíza a vaidade no mesmo chão que foi marcado pelo nosso melhor esforço, pelo nosso trabalho de humanistas.

Na condição de humanistas, temos interesse pelo estudo das formações sociais, dos direitos constituídos e do papel dos indivíduos, pela liberdade do pensamento filosófico que se pensa a si mesmo para pensar o mundo, pela arte literária que projeta e dá forma em linguagem simbólica aos desejos mais íntimos; por todas as formas, enfim, de conhecimento que ainda tomam o homem como medida das coisas. Talvez nosso principal desafio, neste tempo de vertiginoso avanço tecnológico, esteja em fazer da tecnologia uma aliada preciosa em nossa busca do conhecimento real, da beleza consistente e de um mundo mais justo – todas estas dimensões de maior peso do que qualquer virtualidade. O grande professor e intelectual palestino Edward Said, num livro cujo título já é inspiração para uma plataforma de trabalho – **Humanismo e crítica democrática** – afirma a certa altura: “como humanistas, é da linguagem que partimos”; “o ato de ler é o ato de colocar-se na posição do autor, para quem escrever é uma série de decisões e escolhas expressas em palavras”. Nesse sentido, toda leitura é o compartilhamento do sujeito leitor com o sujeito escritor – compartilhamento justificado não necessariamente por adesão a um ponto de vista, mas pelo interesse no reconhecimento e na avaliação do ponto de vista do outro. Que seja este um nosso compromisso fundamental. Que seja esta a nossa vaidade de humanistas.

(Derval Mendes Sapucaia, inédito)

1. Ao se definir a condição de humanistas, no segundo parágrafo do texto, contempla-se a atividade específica de um quando se fala em

Preenchem, adequada e respectivamente, as lacunas da frase acima:

- (A) jurista – *papel dos indivíduos*
- (B) filósofo – *pensamento que se pensa a si mesmo para pensar o mundo*
- (C) tecnocrata – *estudo das formações sociais*
- (D) antropólogo – *arte literária que projeta e dá forma em linguagem simbólica aos desejos mais íntimos*
- (E) historiador – *direitos constituídos*

2. O sentimento da *vaidade*, ao longo do primeiro parágrafo do texto, é considerado e qualificado com alguma condescendência

- (A) quando sua razão de ser se deve à generosidade mesma com que a natureza recompensa os indivíduos por seus méritos pessoais.
- (B) pelo fato de constituir um vício tolerável, já que a vaidade decorre de alguma razão objetiva pela qual o sujeito deve se orgulhar.
- (C) pelo fato de ser um defeito natural, de que as pessoas não conseguem livrar-se e contra o qual é inútil lutar.
- (D) quando sua razão de ser deriva de alguma efetiva conquista que alcançamos em virtude do nosso trabalho.
- (E) pelo fato de que os moralistas, sendo inapelavelmente rigorosos, não conseguem divisar os méritos espirituais de quem os detém.

3. Atente para as seguintes afirmações:

- I. A condição de humanistas define-se quando o homem mesmo é tomado como a medida essencial das coisas, razão pela qual um humanista deve desconsiderar parcerias com os avanços da tecnologia.
- II. Para Edward Said, no ato de ler o leitor busca compreender o ponto de vista do autor, não para necessariamente concordar com ele, mas para reconhecer e ponderar a perspectiva própria do outro.
- III. Acima das representações virtuais, oferecidas pela perspectiva tecnológica, está a busca de conhecimento efetivo, da beleza real das coisas e de uma melhor distribuição de justiça social.

Em relação ao texto, está correto o que consta em

- (A) II e III, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.



4. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar em número com o elemento sublinhado na frase:
- (A) Em que (**consistir**), em nossa época, práticas efetivamente humanistas, que nos definam pelo que essencialmente somos?
- (B) A quantos outros vícios não se (**curvar**) quem costuma julgar a vaidade como o mais abominável de todos?
- (C) Vaidades, (**haver**) muitas delas pelo mundo; poucas são, no entanto, as que se justificam.
- (D) Todo aquele que (**abominar**) as fraquezas humanas deveria buscar discerni-las e qualificá-las, antes de as julgar.
- (E) Aos avanços tecnológicos (**poder**) seguir-se uma sensata parceria com outras atividades de que o homem é capaz.
5. Considerando-se o contexto do primeiro parágrafo, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
- (A) *naturezas diferentes* = ocasiões anômalas
- (B) *mérito abstrato da pessoa* = vantagem inigualável do sujeito
- (C) *condená-la implacavelmente* = injuriá-la inapelavelmente
- (D) *contingência humana* = essencialidade humanista
- (E) *antes reconhecer do que descartar* = admitir em vez de rejeitar
6. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Edward Said, ao atribuir a seu livro o título que tanto condiz com sua plataforma de trabalho, já por si mesmo o fez inspirador para quem o instigue como meta de um verdadeiro humanismo.
- (B) Um autêntico sentido de prática humanista se infere do título do livro de Edward Said, pelo qual uma inspiração de trabalho já parece ali consolidado, tal uma plataforma de altas sugestões.
- (C) O título mesmo do livro de Edward Said é considerado uma inspiração, uma plataforma de trabalho para quem se disponha a exercer o papel de um autêntico humanista.
- (D) Já pela sugestão, o livro de Edward Said, cujo o título é tão inspirador, torna-se também uma plataforma de trabalho para quaisquer humanistas que dele se acerquem e por ele se interessem.
- (E) Quem se dispor a desenvolver uma plataforma de trabalho encontrará plena inspiração já no título do livro de Edward Said, onde a sugestão de humanismo é inequívoca.
7. Quanto à pontuação, a frase inteiramente correta é:
- (A) Para Edward Said, a linguagem, é o terreno de onde partem os humanistas uma vez que, é nela, que se estabelecem não apenas as relações de sentido, mas também o desafio de o leitor divisar e compartilhar, as escolhas produzidas pelo escritor.
- (B) Para Edward Said, a linguagem é o terreno de onde partem os humanistas uma vez que é nela, que se estabelecem não apenas as relações de sentido, mas também o desafio, de o leitor divisar e compartilhar, as escolhas produzidas pelo escritor.
- (C) Para Edward Said, a linguagem, é o terreno de onde partem os humanistas, uma vez que é nela que se estabelecem, não apenas as relações de sentido, mas também o desafio de o leitor divisar e compartilhar as escolhas produzidas pelo escritor.
- (D) Para Edward Said a linguagem é o terreno, de onde partem os humanistas, uma vez que é nela que se estabelecem não apenas as relações de sentido mas, também, o desafio de o leitor divisar, e compartilhar as escolhas produzidas pelo escritor.
- (E) Para Edward Said, a linguagem é o terreno de onde partem os humanistas, uma vez que é nela que se estabelecem não apenas as relações de sentido, mas também o desafio de o leitor divisar e compartilhar as escolhas produzidas pelo escritor.
8. Ocorrem adequada transposição de voz verbal e perfeita correlação entre tempos e modos na seguinte passagem:
- I. A vaidade, uma vez justificável, deixa de ser um vício abominável. = Se a justificarmos, a vaidade já não seria um vício abominável.
- II. Ele toleraria a vaidade, desde que pudesse justificá-la. = A vaidade seria tolerada, desde que ela pudesse ser justificada por ele.
- III. Ele não vê como poderia justificar a vaidade que eventualmente o assalta. = A vaidade não é vista justificada por ele, quando eventualmente é por ela assaltado.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I.
- (D) II.
- (E) III.



Atenção: Para responder às questões de números 9 a 14, considere o texto abaixo.

Um programa a ser adotado

O PET – Programa de Educação pelo Trabalho – está fazendo dez anos, que serão comemorados num evento promovido pelo TRF4, que contará com representantes da Fase – Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul.

Há dez anos seria difícil imaginar um interno da Fase em cumprimento de medida socioeducativa saindo para trabalhar em um tribunal e, no final do dia, retornar à fundação. Muitos desacreditariam da iniciativa de colocar um adolescente infrator dentro de um gabinete de desembargador ou da Presidência de um tribunal. Outros poderiam discriminar esses jovens e desejá-los longe do ambiente de trabalho.

Todas essas barreiras foram vencidas. Em uma década, o PET do TRF4 se tornou realidade, quebrou preconceitos, mudou a cultura da própria instituição e a vida de 154 adolescentes que já passaram pelo projeto. São atendidos jovens entre 16 e 21 anos, com escolaridade mínima da 4ª série do ensino fundamental. O tribunal enfrenta o desafio de criar, desenvolver e, principalmente, manter um programa de reinserção social. Os resultados do trabalho do PET com os menores que cumprem medida socioeducativa na Fase são considerados muito positivos quando se fala de jovens em situação de vulnerabilidade social. Durante esses dez anos, 45% dos participantes foram inseridos no mercado de trabalho e muitos já concluíram o ensino médio; cerca de 70% reorganizaram suas vidas e conseguiram superar a condição de envolvimento em atividades ilícitas.

Na prática, os jovens trabalham durante 4 horas nos gabinetes de desembargadores e nas unidades administrativas do tribunal. Recebem atendimento multidisciplinar, com acompanhamento jurídico, de psicólogos e de assistentes sociais. Por meio de parcerias com entidades, já foram realizados cursos de mecânica, de padaria e de garçom. Destaque a considerar é o projeto “Virando a página”: oficinas de leitura e produção textual, coordenadas por servidores do TRF4 e professores e formandos de faculdades de Letras.

(Adaptado de: [wttp://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=10129](http://www2.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=10129))

9. Atente para as seguintes afirmações:

- I. O objetivo central do PET é o aproveitamento de menores infratores em funções administrativas, exercidas em vários tribunais, de modo que esses menores reponham com trabalho o que ficaram devendo à sociedade, por conta de atividades ilícitas.
- II. A reinserção de jovens infratores no mercado de trabalho é um esforço que enfrenta preconceitos e barreiras sociais, pois há quem não admita a coexistência em um mesmo espaço de trabalho entre autoridades e menores envolvidos em práticas ilícitas.
- III. O sucesso do PET não está apenas no espírito afirmativo do programa, mas se reflete nos resultados concretos que apontam, em termos percentuais, uma expressiva inserção de jovens infratores no mercado de trabalho.

Em relação ao texto, está correto o que consta em

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) I e II, apenas.

10. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se, obrigatoriamente, em uma forma do **plural** para preencher de modo adequado a lacuna da frase:

- (A) A muitos daqueles que torceram o nariz para as iniciativas do PET não (**ocorrer**) que tais medidas afirmativas poderiam ser tão eficazes.
- (B) A um projeto como o “Virando a página” (**dever**) emprestar todo o apoio os agentes envolvidos na reabilitação dos menores infratores.
- (C) A situação de vulnerabilidade social que a tantos jovens (**constranger**) pode ser plenamente superada por programas como o PET.
- (D) Aos desafios de criar, desenvolver e sobretudo manter um programa de reinserção social (**corresponder**), felizmente, um número expressivo de conquistas.
- (E) Durante mais de dez anos só (**vir**) a crescer a convicção de que as medidas adotadas pelo PET eram bastante eficazes.

11. No contexto, o sentido do elemento sublinhado em

- (A) *em situação de vulnerabilidade social* (3º parágrafo) é o de **impropriedade, informalidade**.
- (B) *Recebem atendimento multidisciplinar* (4º parágrafo) é o de **socialista, democrático**.
- (C) *Outros poderiam discriminar esses jovens* (2º parágrafo) é o de **distinguir, enfatizar**.
- (D) *em cumprimento de medida socioeducativa* (2º parágrafo) é o de **observância, atendimento**.
- (E) *manter um programa de reinserção social* (3º parágrafo) é o de **remissão, retroação**.

12. É preciso **corrigir**, por falha estrutural, a **redação** deste livre comentário sobre o texto:

- (A) Com vistas às medidas implantadas pelo TRF4, jovens infratores estão sendo amparados pelo PET, pelos quais os resultados inquestionáveis já se fazem sentir de modo concreto.
- (B) Comprovam-se na prática os excelentes resultados obtidos pelo TRF4, ao implantar o PET e possibilitar, por meio desse programa, a plena reabilitação social de jovens infratores.
- (C) Não são pequenos os desafios que enfrenta o TRF4, em seu programa de reinserção social de jovens infratores – programa que, felizmente, já se revelou bastante eficaz.
- (D) Já está comprovada a eficácia do programa implantado pelo TRF4 com a finalidade de reinserir jovens infratores no mercado de trabalho.
- (E) Jovens infratores, que muitos considerariam irrecuráveis, vêm apresentando notáveis progressos, apoiados por programa de reinserção social implantado pelo TRF4.



13. Ambos os elementos sublinhados são exemplos de uma **mesma função sintática** na frase:
- (A) Vários jovens já concluíram os estudos e reorganizaram a vida.
(B) “Virando a página” é uma iniciativa que deveria ser imitada por outras associações.
(C) Muitos desacreditaram de tais iniciativas.
(D) São atendidos jovens com idade entre 16 e 21 anos.
(E) Recebem atendimento multidisciplinar e acompanhamento jurídico.
-
14. O PET já se revelou um programa de sucesso, todos reconhecem os serviços do PET, graças a esses serviços do PET os menores infratores alcançam rápida inserção social, razão pela qual muitos tributam ao PET uma plena gratidão.
- Evitam-se as viciosas repetições do texto acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) reconhecem-lhe os serviços – a estes – o tributam
(B) reconhecem-nos os serviços – a eles – tributam-lhe
(C) lhe reconhecem os serviços – aos quais – lhe tributam
(D) o reconhecem seus serviços – a cujos – lhe tributam
(E) lhe reconhecem os serviços – a quem – tributam-no
-

Raciocínio Lógico-Matemático

15. Em um processo de partilha de herança monetária entre Maria, Lúcia e Cláudia, ficou decidido que:
- I. Maria será a primeira a receber sua parte na herança, e o valor recebido será, diretamente, proporcional à sua idade, quando comparada com a idade das três herdeiras.
II. Lúcia e Cláudia receberão valores, inversamente, proporcionais às suas respectivas idades comparadas.
- Sabe-se que Maria tem o dobro da idade de Lúcia que, por sua vez, tem a metade da idade de Cláudia que, por sua vez, recebeu R\$ 12.000,00 da herança.
- Nas condições descritas, a pessoa que recebeu a menor porcentagem da herança, e essa porcentagem recebida por ela, são, respectivamente,
- (A) Cláudia e 15%.
(B) Maria e 15%.
(C) Lúcia e 20%.
(D) Lúcia e 18%.
(E) Cláudia e 20%.
-
16. Um corredor possui cem armários vazios, fechados e numerados de 1 a 100. Passando por esse corredor, Luiz abriu apenas as portas dos armários de numeração múltiplo de 2. Em seguida, Álvaro passou pelo corredor e fechou apenas as portas dos armários de numeração múltiplo de 3 que estavam abertos. Por fim, Lígia passou pelo corredor e colocou livros apenas nos armários abertos e de numeração múltiplo de 5. Ao final das operações realizadas por Luiz, Álvaro e Lígia, dos cem armários, permaneceram vazios
- (A) 93%.
(B) 96%.
(C) 95%.
(D) 4%.
(E) 6%.
-

17. Da duração total de um julgamento, $\frac{3}{7}$ do tempo foi utilizado pelos advogados de defesa e acusação, $\frac{7}{8}$ do tempo remanescente com os depoimentos de testemunhas. O tempo do julgamento foi ocupado, apenas, pelos advogados de defesa e acusação, pelos depoimentos de testemunhas, e pela fala do juiz, sendo que esta última foi de 7 minutos. De acordo com as informações fornecidas, a duração total do julgamento foi de 1 hora e
- (A) 26 minutos.
(B) 02 minutos.
(C) 24 minutos.
(D) 38 minutos.
(E) 42 minutos.
-



18. Miguel, Érico, Ricardo, Jaime e Caio são interrogados em um Tribunal para averiguação de um crime certamente cometido por, apenas, um dos cinco. Nos interrogatórios, cada um fez a seguinte afirmação:

Miguel: – o culpado é Jaime.

Érico: – Ricardo não é culpado.

Ricardo: – o culpado é Caio.

Jaime: – eu não sou culpado.

Caio: – o culpado é Miguel.

Se apenas um dos cinco interrogados diz a verdade, então o crime foi cometido por

- (A) Jaime.
- (B) Caio.
- (C) Miguel.
- (D) Érico.
- (E) Ricardo.

19. Um frasco contendo 30 pastilhas idênticas “pesa” 54 gramas. O mesmo frasco contendo apenas 12 dessas pastilhas “pesa” 32,4 gramas. Nas condições dadas, a razão entre o “peso” de uma pastilha e o do frasco vazio, nessa ordem, é igual a

- (A) $\frac{1}{12}$.
- (B) $\frac{1}{15}$.
- (C) $\frac{1}{4}$.
- (D) $\frac{3}{16}$.
- (E) $\frac{2}{15}$.

20. Na expressão $\left(\frac{x-y}{z}\right)^w$ as letras x, y, z e w podem ser substituídas por qualquer número inteiro de -3 a 3 , sem que se possa repetir um mesmo número na mesma expressão, e desde que se possa calcular o valor numérico da expressão com as substituições feitas. Sendo M o maior valor numérico possível dessa expressão, e m o menor valor numérico possível, então $M - m$ é igual a

- (A) $\frac{287}{8}$.
- (B) 250.
- (C) $\frac{125}{2}$.
- (D) 124.
- (E) 0.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Administrativo**

21. Mauricio é vizinho de Pedro, servidor público municipal que trabalha na secretaria municipal de obras, especificamente na área de aprovação de projetos. Em razão da amizade que mantém, Mauricio pediu a Pedro que priorizasse a aprovação do projeto de reforma de uma casa que possui no litoral. Em troca, ofereceu a ele um ano de utilização da casa, gratuitamente, o que foi prontamente aceito. Com base nesse contexto
- (A) Mauricio e Pedro, apenas, podem ser processados por ato de improbidade se for comprovada conduta dolosa e o efetivo prejuízo ao erário.
 - (B) Mauricio e Pedro podem ser processados, apenas, no campo penal, tendo em vista que não houve prejuízo ao erário, afastada a configuração de ato de improbidade administrativa.
 - (C) Pedro pode ser responsabilizado por ato de improbidade e Mauricio, apenas, no campo administrativo.
 - (D) Mauricio pode ser responsabilizado por ato de improbidade e Pedro, apenas, no campo administrativo infracional.
 - (E) Mauricio e Pedro podem ser processados por ato de improbidade, sem prejuízo da responsabilização no campo penal.
-
22. O provimento de cargo público confere àquele que tomou posse o status de servidor público. A propósito do provimento de cargos públicos, com base no que dispõe a Lei nº 8.112/1990, o
- (A) ingresso de estrangeiro em cargo público chama-se reintegração, desde que tenha se submetido a regular concurso público de provas e títulos.
 - (B) provimento de cargos de professores, técnicos e cientistas pode se dar com estrangeiros, no âmbito das universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais.
 - (C) provimento de cargo por pessoa portadora de deficiência, regularmente aprovada em concurso público, chama-se recondução.
 - (D) provimento de cargo por pessoa portadora de deficiência, regularmente aprovada em concurso público, chama-se reintegração.
 - (E) retorno ao cargo por servidor público aposentado, que se submeteu a outro concurso público de provas e títulos, chama-se readaptação.
-
23. A União decidiu desapropriar um prédio de unidades comerciais e de escritórios para lá instalar gabinetes de juízes e desembargadores de determinado Tribunal Federal. Parte desses escritórios está alugada, assim como boa parte das lojas do pavimento térreo. Interessado na receita gerada pelas locações, a presidência do Tribunal solicitou a manutenção das ocupações após a desapropriação, enquanto prepara o projeto de adaptação das instalações para receber os gabinetes dos juízes e desembargadores. A solicitação, considerando o que dispõe a lei de licitações e o instituto da desapropriação,
- (A) não poderá ser atendida, tendo em vista que a Administração pública sujeita-se à lei de licitações, norma que seria infringida no caso de manutenção das contratações existentes.
 - (B) poderá ser atendida, desde que se comprove que os valores da locação são compatíveis com os praticados no mercado para aquela finalidade, afastando qualquer prejuízo à Administração pública.
 - (C) poderá ser atendida, na medida em que não existe possibilidade de imediata ocupação do imóvel, representando uma prática de boa gestão administrativa.
 - (D) não poderá ser atendida, tendo em vista que a Administração pública não está autorizada a celebrar contratos de locação.
 - (E) poderá ser atendida, desde que os contratos sejam formalmente aditados para que o Tribunal passe a constar como locador, possibilitando a cobrança judicial de eventuais inadimplentes.
-
24. Pretende a Administração pública alienar um terreno adquirido por compra e venda anteriormente, tendo em vista que os planos de lá implantar um hospital foram superados pelo atendimento da demanda em outra unidade cujas instalações foram ampliadas. O ideal é que a alienação onerosa seja implementada o mais rápido possível, para que o produto da venda seja utilizado para integralizar o capital de uma estatal recém instituída. Em razão desse contexto, a Administração
- (A) poderá realizar venda emergencial, na modalidade de contratação emergencial, em razão da urgência na efetivação da venda.
 - (B) deverá realizar pregão ou leilão, tendo em vista que será medida de boa prática a escolha dentre as modalidades que apresentam procedimento mais abreviado.
 - (C) poderá realizar pregão para a alienação onerosa, uma vez que o procedimento abreviado possibilitará o atendimento da finalidade pretendida.
 - (D) deverá realizar licitação, na modalidade concorrência, independentemente do valor.
 - (E) deverá realizar chamamento público para escolha da melhor proposta, formalizando a alienação com dispensa de licitação em razão do valor.

Direito Constitucional

25. A desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida agrária, com prazo de resgate de até vinte anos, é
- medida absolutamente prioritária a ser adotada pelo Poder Público municipal para cumprimento da política de desenvolvimento urbano.
 - limitada às áreas onde haja cultivo de substância entorpecente ou capaz de determinar dependência física ou psíquica.
 - obrigatória para o Poder Público municipal, para garantia do cumprimento da função social da propriedade prevista na Constituição Federal.
 - vedada pela Constituição, que prevê que a lei estabelecerá o procedimento para desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro.
 - de competência da União, com cláusula de preservação do valor real.
-
26. No âmbito do Direito Constitucional, sobre a aplicação do princípio da proibição do retrocesso e sua correlação com o poder de emenda à Constituição,
- o quórum constitucional exigido para aprovação da emenda não pode ser aumentado.
 - o princípio da proibição do retrocesso não se relaciona com o poder de emenda à Constituição.
 - o Supremo Tribunal Federal não pode ter aumentado o seu número de ministros.
 - o direito à ação popular não pode ser suprimido.
 - a reeleição do presidente da República não pode ser objeto de supressão.
-
27. Os tribunais do país estão, em regra, sujeitos em sua composição ao chamado quinto constitucional, que vem a ser o preenchimento de um quinto de seus cargos distribuídos igualmente entre advogados e membros do Ministério Público. Configuram EXCEÇÕES ao quinto constitucional:
- Superior Tribunal de Justiça e Tribunais Regionais Federais.
 - Tribunal Superior do Trabalho e Tribunal Superior Eleitoral.
 - Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e Tribunal Superior Eleitoral.
 - Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça.
 - Supremo Tribunal Federal e Tribunal Superior do Trabalho.

Direito Civil

28. Considere as seguintes hipóteses:
- Mario removeu sua casa pré-fabricada para outro local, retirando-a do solo e colocando-a em veículo especial.
 - Maria possui direito real sobre o veículo marca X, modelo Y, ano 2012.
 - Carmelita possui direito à sucessão aberta.
 - Marta removeu as janelas de sua moradia e colocou-as, durante a realização de outros serviços, em um depósito para posterior recolocação no local em que se encontravam.
- Nestes casos, de acordo com o Código Civil brasileiro, são exemplos de bens imóveis os indicados APENAS em
- I, III e IV.
 - II e IV.
 - I e II.
 - II, III e IV.
 - I e III.
-
29. Considere:
- A pretensão dos peritos pela percepção de honorários.
 - A pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa.
 - A pretensão de reparação civil.
 - A pretensão dos profissionais liberais em geral pelos seus honorários.
- De acordo com o Código Civil brasileiro, as pretensões mencionadas prescrevem, respectivamente, em
- 3, 5, 3 e 5 anos.
 - 1, 2, 3 e 3 anos.
 - 1, 3, 5 e 5 anos.
 - 1, 3, 3 e 5 anos.
 - 3, 3, 5 e 5 anos.



30. No tocante ao negócio jurídico,
- (A) é anulável, quando não revestir a forma prescrita em lei.
 - (B) as nulidades devem ser pronunciadas pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos e as encontrar provadas, sendo-lhe, em qualquer hipótese, permitido supri-las, quando requerido por ambas as partes.
 - (C) em regra, a anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício, sendo que só os interessados a podem alegar.
 - (D) o vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores, é nulo.
 - (E) o nulo é suscetível de confirmação, mas não convalida pelo decurso do tempo.

31. Considere:

- I. Fiança estipulada sem o consentimento do devedor.
- II. Fiança estipulada contra a vontade do devedor.

Nestes casos, em regra, no tocante às normas específicas sobre fianças previstas no Código Civil brasileiro,

- (A) há desrespeito às normas, apenas, na segunda hipótese.
- (B) não há desrespeito às normas.
- (C) há desrespeito às normas, apenas, quando se tratar de contrato de compra e venda.
- (D) há desrespeito às normas em ambas as hipóteses.
- (E) há desrespeito às normas, apenas, na primeira hipótese.

Direito Processual Civil

32. A respeito das ações possessórias, é INCORRETO afirmar que

- (A) contra as pessoas jurídicas de direito público não será deferida a reintegração liminar sem prévia audiência dos respectivos representantes judiciais.
- (B) o réu só pode demandar a proteção possessória e a indenização pelos prejuízos resultantes da turbação ou do esbulho cometido pelo autor através de reconvenção.
- (C) o interdito proibitório é uma tutela possessória destinada a inibir atos de turbação ou de esbulho.
- (D) é lícito ao autor cumular ao pedido possessório o de desfazimento de construção ou plantação feita em detrimento de sua posse.
- (E) na pendência do processo possessório é defeso, assim ao autor como ao réu, intentar ação de reconhecimento do domínio.

33. A carta

- (A) rogatória, na falta de convenção internacional entre o Brasil e o país rogado, será transmitida por via diplomática, dispensando-se a prévia tradução para a língua do país em que o ato será praticado.
- (B) rogatória de justiça estrangeira só será cumprida após a concessão de exequibilidade pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) precatória não poderá ser devolvida sem cumprimento, havendo expressa disposição legal neste sentido.
- (D) de ordem não pode ser transmitida por telegrama ou telefone, por envolver relação de subordinação.
- (E) precatória poderá ser apresentada a juízo diverso do que dela consta, a fim de ser praticar o ato.

34. A respeito da competência internacional, considere:

- I. Ação relativa a imóvel situado no Brasil.
- II. Ação referente à obrigação que deve ser cumprida no Brasil.
- III. Ação que se originar de fato ocorrido ou de ato praticado no Brasil.
- IV. Ação em que for ré pessoa domiciliada no Brasil.

A competência da autoridade judiciária brasileira é concorrente nos casos indicados APENAS em

- (A) I e II.
- (B) IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) III e IV.

Direito Penal

35. No cômputo da pena, estima-se o
- (A) acréscimo decorrente da continuidade genérica à vista da gravidade das circunstâncias judiciais verificadas.
 - (B) abatimento decorrente da semi-imputabilidade à vista da perspectiva de cura do quadro médico-psiquiátrico do agente.
 - (C) abatimento decorrente da tentativa à vista da aptidão concreta da conduta para ofender o bem jurídico tutelado.
 - (D) acréscimo decorrente do concurso formal heterogêneo à vista do número de infrações praticadas.
 - (E) acréscimo decorrente do concurso formal homogêneo à vista da identidade objetivo-subjetiva das infrações praticadas.
-
36. Dispõe o art. 49 da Lei nº 9.605/1998 que é crime destruir, danificar, lesar ou maltratar, por qualquer modo ou meio, plantas de ornamentação de logradouros públicos ou em propriedade privada alheia, com pena de detenção de 3 meses a 1 ano, ou multa isolada ou cumulativa. Estipula-se ainda modalidade culposa da conduta, com pena de 1 a 6 meses de detenção ou multa. Trata-se de dispositivo que, não raramente, recepciona críticas acerbas de seus comentaristas. Fosse o caso de acompanhá-los, os conjuntos de fundamentos ou princípios que estão mais diretamente tensionados por esse trecho de nossa lei ambiental são:
- (A) fragmentariedade, imputabilidade, irrepetibilidade e causalidade.
 - (B) intervenção mínima, igualdade, publicidade e responsabilidade subjetiva.
 - (C) legalidade, ofensividade, subsidiariedade e proporcionalidade.
 - (D) culpabilidade, adequação social, individualização e taxatividade.
 - (E) pessoalidade, humanidade, dignidade e necessidade.
-
37. Segundo entendimento jurisprudencial hoje estabelecido no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, a detração penal (Código Penal, art. 42)
- (A) pode ser aplicada sobre pena de prestação de serviços à comunidade, primeiramente, descontando um dia da pena privativa de liberdade originária por cada dia de prisão provisória efetivamente cumprida pelo réu, para, afinal, substituir-se o saldo restante de pena originária pela pena restritiva de direitos, à razão de 1 (uma) hora de tarefa por dia de condenação.
 - (B) pode ser aplicada quando a prisão provisória decorreu de fato diverso, desde que o mesmo tenha antecedido o fato que gerou a pena a ser detraída.
 - (C) é computável, também, para redução dos marcos temporais da prescrição executória, analogamente às hipóteses de evasão do condenado ou de revogação do livramento condicional já catalogadas no art. 113 do Código Penal.
 - (D) não pode ser aplicada quando a prisão provisória ocorreu por fato diverso daquele em que se deu a condenação.
 - (E) pode ser aplicada sobre pena de prestação de serviços à comunidade, descontando-se 24 (vinte e quatro) horas de tarefa comunitária por cada dia de prisão provisória efetivamente cumprida pelo réu.
-
38. Com uma velha espingarda, o exímio atirador Caio matou seu próprio e amado pai Mélvio. Confundiu-o de longe ao vê-lo sair sozinho da casa de seu odiado desafeto Tício, a quem Caio realmente queria matar. Ao morrer, Mélvio vestia o peculiar blusão escarlate que, de inopino, tomara emprestado de Tício, naquela tão gélida quanto límpida manhã de inverno. O instituto normativo mais precisamente aplicável ao caso é, doutrinariamente, conhecido como
- (A) *error in personam* (Código Penal, art. 20, par. 3º).
 - (B) *parricidium* enquanto circunstância genérica de pena (Código Penal, art. 61, I I, "e", 1ª hipótese).
 - (C) *aberratio ictus* de unidade simples (Código Penal, art. 73, 1ª parte).
 - (D) *aberratio ictus* de unidade complexa (Código Penal, art. 73, 2ª parte).
 - (E) *aberratio delicti* (Código Penal, art. 74).

**Direito Processual Penal**

39. Em relação às nulidades no processo penal,
- (A) as partes poderão arguir nulidade referente à formalidade cuja observância só à parte contrária interesse.
 - (B) não será declarada a nulidade de ato processual que não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa.
 - (C) ocorre nulidade por incompetência, mas não por suspeição do juiz.
 - (D) a nulidade por ilegitimidade do representante da parte não poderá ser sanada.
 - (E) a incompetência do juízo anula todos os atos do processo, instrutórios e decisórios.
-
40. Em relação à busca e apreensão no processo penal, é INCORRETO afirmar que
- (A) não sendo encontrada a pessoa ou coisa procurada, os motivos da diligência serão comunicados a quem tiver sofrido a busca, se o requerer.
 - (B) o mandado de busca e apreensão deverá mencionar o motivo e os fins da diligência.
 - (C) as buscas domiciliares com ordem judicial serão executadas de dia, salvo se o morador consentir que se realizem à noite.
 - (D) a autoridade, ou seus agentes, nunca pode penetrar no território de jurisdição alheia, se de outro Estado.
 - (E) a busca pessoal independerá de mandado, no caso de prisão.
-
41. No tocante à prova, de acordo com o Código de Processo Penal,
- (A) durante o curso do processo, é vedada às partes a indicação de assistentes técnicos.
 - (B) o exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados sempre por dois peritos oficiais, portadores de diploma de curso superior.
 - (C) durante o curso do processo judicial, quanto à perícia, é permitido às partes requerer a oitiva dos peritos para esclarecerem a prova, mas não para responderem a quesitos.
 - (D) quando a infração deixar vestígios, será necessário o exame de corpo de delito, mas a confissão do acusado pode supri-lo.
 - (E) o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão, exclusivamente, nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

Direito Tributário

42. Considerando o mecanismo jurídico-tributário,
- (A) a obrigação tributária pressupõe a existência de crédito tributário devidamente constituído, pois a partir de sua existência já se torna o mesmo exequível.
 - (B) a exequibilidade do crédito tributário surge com o lançamento tributário, mas sua exigibilidade somente acontece a partir de sua inscrição na dívida ativa.
 - (C) o crédito tributário se torna exequível a partir de sua inscrição na dívida ativa.
 - (D) com o surgimento da obrigação tributária o crédito tributário passa a ser exigível.
 - (E) com a ocorrência do fato gerador já existe formalmente o crédito tributário, declarado pela obrigação tributária, da qual é indissociável.
-
43. Considerando os critérios de tributação, são tributos com tributação não-cumulativa e progressiva, respectivamente,
- (A) IR e IOF.
 - (B) IOF e ICMS.
 - (C) ICMS e IPI.
 - (D) ICMS e IOF.
 - (E) IPI e IR.



44. Tício, Mévio e Portus são sócios em uma empresa de responsabilidade limitada, na proporção de 1%, 30% e 69%, das quotas sociais, respectivamente. Consta do contrato social que o representante legal da empresa é Tício. Considerando que a empresa deixou de emitir nota fiscal e, portanto, de recolher o ICMS devido no período de dezembro de 2010 até fevereiro de 2013, após regular ação fiscal, foi feita a autuação para pagamento do tributo, multa, juros e correção monetária. Diante do não pagamento do crédito constituído, foi o mesmo inscrito em dívida ativa e, após extrair a Certidão da Dívida Ativa – CDA, foi proposta execução fiscal em face da empresa e dos sócios. Diante dos fatos apresentados,
- (A) não há responsabilidade solidária entre os sócios, mas pessoal, que respondem proporcionalmente no limite de suas quotas sociais, pelos atos que praticam em infração de lei, bem assim não há solidariedade com a empresa, que somente responde pelo crédito tributário correspondente a obrigações tributárias efetivamente praticadas.
 - (B) somente o representante legal da empresa, Tício, é que responde pelo crédito correspondente a obrigações tributárias resultantes de atos praticados em infração de lei, de forma pessoal, mas a empresa, na qualidade de contribuinte, é devedora do tributo decorrente do fato gerador efetivamente praticado por ela.
 - (C) o polo passivo da execução fiscal está correto, tendo em vista que os sócios são responsáveis pelo crédito correspondente a obrigações tributárias resultantes de atos praticados em infração de lei, contrato ou estatuto, de forma pessoal.
 - (D) os sócios não devem figurar no polo passivo da execução fiscal, tendo em vista que se trata de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, ou seja, é a empresa, com seu patrimônio, que responde pelos créditos tributários decorrentes do exercício de sua atividade, ainda que praticados em infração de lei, contrato ou estatuto.
 - (E) a empresa não deve figurar no polo passivo da execução fiscal, tendo em vista que, no caso de infração de lei, a responsabilidade é pessoal e exclusiva dos sócios pelo crédito correspondente a obrigações tributárias resultantes de atos praticados em infração de lei.

45. Sobre a anistia, considere:

- I. É causa de extinção do crédito tributário, somente podendo ser concedida por lei do ente político competente para instituir o tributo.
- II. Anistia e remissão são institutos jurídicos sinônimos e significam a extinção do crédito tributário pelo perdão, somente podendo ser concedidos por lei e desde que haja preenchimento de certos requisitos legais.
- III. Enquanto causa de exclusão do crédito tributário, é o perdão da infração à legislação tributária, ou seja, quando do lançamento tributário, em tendo havido anistia, não serão aplicadas as penalidades decorrentes da infração.
- IV. Não se aplica a atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo que não tenham esta qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele.
- V. Não se aplica às infrações resultantes de conluio entre duas ou mais pessoas, salvo disposição da lei instituidora em contrário.

É correto o que consta APENAS em

- (A) II, IV e V.
- (B) III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) III, IV e V.
- (E) I e IV.

46. Em sede de execução fiscal o executado citado apresentou, no prazo de 5 dias, a exceção de pré-executividade alegando, em síntese, excesso de execução. Sobre esta situação e considerando-se a jurisprudência dominante,
- (A) somente tem cabimento a exceção de pré-executividade para matéria que não demande dilação probatória, razão pela qual não pode ter por objeto a alegação de excesso de execução, que demanda prova de que a cobrança do crédito é excessiva.
 - (B) a exceção de pré-executividade apresentada, ainda que seja pertinente quanto ao mérito, relativamente ao excesso de execução, somente pode ser apresentada após decorrido o prazo para garantia da execução.
 - (C) não se admite, em qualquer hipótese, a exceção de pré-executividade em sede de execução fiscal, tendo em vista a indisponibilidade do interesse público pelo administrador.
 - (D) a exceção de pré-executividade suspende o prazo para garantir a execução fiscal, por se tratar de matéria de ordem pública.
 - (E) a exceção de pré-executividade tem lugar quando o executado não tem como garantir a execução fiscal para se defender em sede de embargos à execução, hipótese em que pode, diante do princípio constitucional da ampla defesa, alegar toda matéria de fato e direito que seria arguida em sede de embargos.

**Direito Previdenciário**

47. Alfredo, Ministro de Estado e Álvaro, Secretário Municipal são considerados em relação à Previdência Social, servidores públicos,
- (A) empregados e segurados facultativos da Previdência Social e da Previdência Complementar.
 - (B) não empregados e segurados não obrigatórios da Previdência Social.
 - (C) não empregados, ocupantes de cargo em comissão sem vínculo efetivo com o Estado e com o Município, respectivamente, e segurados não obrigatórios da Previdência Social.
 - (D) não empregados ocupantes de cargo em comissão sem vínculo efetivo com o Estado e com o Município, respectivamente, e segurados da Previdência Complementar, obrigatoriamente.
 - (E) empregados e segurados obrigatórios da Previdência Social.
-
48. Kaká Menezes, empregado da empresa Silva Ltda., sofreu acidente durante um jogo de futebol, fora da jornada normal de trabalho, sem que tenha havido qualquer obrigação contratual que impusesse sua participação no evento, ou qualquer relação com o exercício do trabalho a serviço do empregador. Nesta hipótese, o caso vertente
- (A) caracteriza-se como doença profissional, apenas.
 - (B) depende de autorização do empregador para que a autarquia previdenciária o enquadre como acidente de trabalho.
 - (C) não pode ser caracterizado como acidente de trabalho.
 - (D) caracteriza-se como acidente de trabalho, apenas.
 - (E) pode ser caracterizado tanto como acidente de trabalho como de doença profissional.
-
49. Cesar Borges requereu sua aposentadoria por invalidez, com pedido de acréscimo de 30%, alegando necessidade de assistência permanente de outra pessoa, posto que é deficiente e detentor do mal de Alzheimer. Neste caso, o
- (A) acréscimo previsto na Lei de Benefícios decorrente da necessidade de assistência permanente de outra pessoa possui natureza jurídica assistencial e é limitado a 25% de acréscimo, em face da ausência de previsão específica de fonte de custeio e na medida em que a Previdência Social deve cobrir todos os eventos da doença.
 - (B) pedido de Cesar só poderá ser acolhido se tiver, por fundamento, a aposentadoria por tempo de serviço.
 - (C) pedido de Cesar poderá ser bem-sucedido, uma vez que o acréscimo de 30% independe da espécie de aposentadoria do trabalhador.
 - (D) pedido de Cesar, certamente, será acolhido, considerando o caráter protetivo da norma, aliado ao princípio da dignidade da pessoa humana.
 - (E) pedido de Cesar é, totalmente, cabível, e será acrescido ao valor normal da aposentadoria do segurado, sendo previsto especificamente nos casos de aposentadoria por invalidez permanente.
-
50. Glória Mercedes era companheira do segurado Rui Barbosa, por meio de união estável comprovada, com quem teve dois filhos menores. Rui Barbosa desapareceu e teve a morte presumida, declarada por meio de decisão judicial. Glória requer o benefício da pensão por morte, a seu favor, bem como de seus dois filhos.
- De acordo com a Lei nº 8.213/1991, em relação ao direito e eventuais prazos do benefício para os autores, uma vez preenchidos os requisitos legais,
- (A) apenas os filhos menores terão o direito ao benefício, a partir da data do óbito.
 - (B) Glória e seus filhos terão direito ao benefício, a partir da data da decisão judicial.
 - (C) se, entre o prazo do óbito de Rui Barbosa e o requerimento administrativo de Glória, transcorreram mais de 30 dias, o marco inicial do benefício em relação à autora deve ser fixado a partir da data do protocolo administrativo.
 - (D) Glória e os seus filhos terão direito ao benefício a partir da data do óbito, quando requerido até trinta dias depois deste.
 - (E) Glória não terá direito ao benefício, pois não era legalmente casada com o segurado Rui Barbosa.

**ESTUDO DE CASO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, Capítulo IX, item 7, será atribuída nota ZERO à Prova Estudo de Caso nos seguintes casos:

- fugir ao tema proposto;
- apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado;
- for assinada fora do local apropriado;
- apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
- estiver em branco;
- apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.

A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Estudo de Caso pela Banca Examinadora.

O candidato não habilitado na Prova Estudo de Caso será excluído do Concurso.

QUESTÃO 1

Laurinda é aposentada por tempo de contribuição pelo Regime Geral da Previdência Social. Após a concessão de sua aposentadoria pelo INSS, Laurinda continuou a trabalhar e recolher salários de contribuição. Laurinda pretende desaposentar e obter nova aposentadoria por tempo de contribuição maior, considerando os salários de contribuição posteriores à sua aposentadoria. Neste caso, responda fundamentadamente:

- Nos termos das Leis nºs 8.212/1991 e 8.213/1991 é possível Laurinda obter nova aposentadoria, mesmo já sendo aposentada?
- Atualmente, qual o posicionamento jurisprudencial dominante no Superior Tribunal de Justiça a respeito da segunda aposentadoria?
- O Supremo Tribunal Federal já se manifestou sobre o tema?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



QUESTÃO 1

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	



**QUESTÃO 2**

Considere a seguinte situação hipotética: o Tribunal Regional Federal da 4ª Região instituiu uma comissão incumbida de apontar as alternativas juridicamente viáveis para o oferecimento de programas de capacitação a seus servidores, além de atividades contínuas de aperfeiçoamento profissional e acadêmico. As alternativas aventadas foram:

- I. instituição de uma Fundação federal custeada com recursos orçamentários;
- II. criação de um centro de estudos, como órgão público integrante da estrutura do próprio Tribunal; ou
- III. contratação de uma instituição privada, com ou sem fins lucrativos, para a prestação dos serviços pretendidos.

Considerando o disposto na Constituição Federal e na legislação aplicável à espécie, responda, fundamentadamente, às seguintes indagações:

- a. As alternativas I e II dependem de lei específica ou prévia autorização legislativa ou podem ser implementadas, exclusivamente, por ato do Poder Judiciário ou do Poder Executivo?
- b. Qual o regime jurídico e o procedimento para admissão dos servidores contratados para a execução das atividades pretendidas nos modelos previstos nas alternativas I e II? Na hipótese de criação de Fundação, os servidores que venham a atuar, simultaneamente, nesta e no Tribunal, assumindo-se que exista compatibilidade de horários, poderão receber ambas as remunerações? Na hipótese de criação de um órgão do próprio Tribunal, em quais situações é possível atribuir gratificação ou adicional aos servidores que desempenhem as atividades mencionadas no enunciado e como as referidas parcelas são tratadas para fins de incorporação aos vencimentos e proventos?
- c. Caso a alternativa seja a contratação de instituição privada para prestação de serviços técnicos especializados de capacitação e aperfeiçoamento, qual(is) a(s) modalidade(s) licitatória(s) prevista(s) para a seleção da referida instituição? Admite-se que tal instituição subcontrate parcela do objeto do contrato?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	



QUESTÃO 2

28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

